



O SIGNIFICADO DE FAMÍLIA PARA CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Rayanni Carlos da Silva (1); Tátia Mirellis de Oliveira Alexandre (1); Dayse Barbosa Silva (2); Dayane Barbosa Silva (3); Silvana Carneiro Maciel (4).

Universidade Federal da Paraíba

rayannicarlos@gmail.com

RESUMO

A família pode ser compreendida enquanto sistema dinâmico de relações, que inclui pessoas ligadas por parentesco ou afeto e que pode se modificar em sua estrutura de acordo com o contexto histórico e cultural de uma sociedade. Esta se apresenta como principal responsável por proporcionar cuidados físicos e afetivos dos seus membros, além de conduzir o processo de socialização das crianças. No entanto, diante de situações de risco e vulnerabilidade social, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que crianças e adolescentes sejam temporariamente afastados do convívio familiar e encaminhados aos serviços de acolhimento institucional como forma de garantir sua integridade física e psicológica. Dessa forma, o presente estudo busca conhecer e analisar as representações sociais da família compartilhadas por crianças em situação de acolhimento institucional, a fim de compreender como o a institucionalização influencia na representação dessas sobre a família. Utilizou-se como referencial teórico de análise a Teoria das Representações Sociais a qual procura entender como os indivíduos elaboram e partilham conhecimentos socialmente construídos, no intuito de tornar algo não familiar em familiar, e como esses conhecimentos são capazes de interferir em seus comportamentos e condutas. Participaram desse estudo 05 crianças, de ambos os sexos, com idades entre 07 e 10 anos. Utilizou-se para coleta dos dados um questionário sociodemográfico e uma entrevista semiestruturada. Os dados sociodemográficos foram analisados através de estatística descritiva e a entrevista semiestruturada através da análise de conteúdo proposta por Bardin. Na análise da entrevista pode-se observar que as crianças ancoraram a representação da família em concepções do senso comum, sendo essa representada principalmente por afetos positivos e relações de parentesco, apoiado no modelo nuclear de família. Percebeu-se que as crianças representaram a família de forma positiva, idealizada e afetiva, embora em sua maioria tenham vivenciado situações de violência intrafamiliar, negligência e vulnerabilidade, as representações seguem o principal modelo encontrado na sociedade. Acredita-se que os resultados encontrados trouxeram contribuições para no campo das Representações Sociais e do acolhimento institucional infantil, como também, espera-se que esses sirvam para elaboração de intervenções práticas em relação ao atendimento de crianças em situação de acolhimento.

PALAVRAS-CHAVE: Família; Criança em Situação de Acolhimento; Representações Sociais.



INTRODUÇÃO

Para entender a complexidade sobre os conceitos de família que conhecemos nos dias de hoje, é necessário voltar-se para a construção sócio-histórica que traz as primeiras ideias de família, sendo as obras de Ariés (1981) base para o conhecimento acerca deste tema. Ao pesquisar sobre a família na França desde a Idade Média até a modernidade, em seu livro intitulado “História Social da Criança e da Família” o autor relata que até o século XVII não existia uma concepção de família, nem nenhum “sentimento” parecido, pois as relações eram voltadas para o espaço público; não havendo uma relação íntima entre pessoas enquanto família sanguínea e de parentesco, as crianças, por exemplo, eram cuidadas e educadas por outras pessoas que não seus pais biológicos, não havia envolvimento emocional entre pais e filhos. (RIBEIRO; CRUZ, 2013).

O “sentimento” de família foi se desenvolvendo por entre todas as camadas sociais conforme o passar dos séculos, os papéis de cada pessoa no âmbito familiar era predeterminado, seguindo um modelo de família nuclear e patriarcal, onde a mulher desempenhava atividades domésticas e de cuidados para com os filhos, além de estar sempre subjugada à autoridade do homem, o qual era responsável pelo sustento financeiro da família, garantindo assim seu espaço de poder tanto no espaço público como no privado. Essas configurações presentes na constituição da família que definiam os papéis sociais de homens, mulheres e crianças, promoveram a reprodução das desigualdades de gênero que confrontavam-se com a realidade familiar, até hoje reflete na concepção de família de diversas sociedades, inclusive do Brasil (RIBEIRO; CRUZ, 2013).

As organizações familiares no Brasil e no mundo foram se modificando por diversos motivos. Estudos mostram que as pessoas estão casando mais tarde, há um aumento de divórcios, as mulheres têm menos filhos e o conceito de família composto por pai, mãe e filhos deixa de ser o único modelo de família. Os papéis de homens e mulheres têm se modificado, tanto na esfera social como no ambiente familiar, tais mudanças produzem efeito imediato na construção de novos modelos. Percebe-se um aumento de famílias monoparentais, sendo a maioria chefiada por mulheres, as mulheres assumem a posição de provedoras da casa, papel antes estabelecido para os homens. Além do crescimento de casais do mesmo sexo, “há hoje muitos indivíduos, no Brasil, que compartilham as responsabilidades pela vida doméstica, com ou sem filhos, com um cônjuge do mesmo sexo”. A realidade familiar no Brasil e no mundo torna-se



distinta das duas últimas décadas, tanto para homens como para mulheres (BRIOLI, 2014).

Assim, falar em família nos dias atuais não cabe fazer referência a um padrão exato e característico, pois as mudanças ocorridas na sociedade relativas aos diferentes tipos de relacionamentos configuram uma heterogeneidade de arranjos familiares. A família não é apenas responsável pela reprodução de seres humanos, mas também de proporcionar cuidados, condições para sobrevivência, afeto, além de conduzir o processo de socialização das crianças (SILVA, 2012).

Definir família no contexto atual mostra-se um tanto quanto desafiador, visto que há uma multiplicidade de arranjos familiares que se modificam a cada dia e trazem novos sentidos a este termo, interferindo conseqüentemente em sua estruturação e dinâmica (DA SILVA CHANTRE, 2014). De acordo com a Constituição Brasileira de 1988, Art. 226, parágrafo 4 “entende-se como entidade familiar a comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes”. Assim como está descrito no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no Art. 25, define família como “a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes”.

Independente das diferentes configurações ou modelos de família, a função social que a mesma exerce é de grande importância para o desenvolvimento da criança, pois ela possui a função de construção da identidade individual. O seio familiar permite ao sujeito, a inclusão num determinado grupo que fortalece o sentimento de pertença e colabora para a afirmação do sujeito enquanto ser único e singular (DA SILVA CHANTRE, 2014).

A convivência no seio familiar é essencial para o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, porém nesse mesmo seio familiar podem ocorrer situações de abusos e violações dos direitos dessas crianças e adolescentes, quando isso acontece cabe ao Estado tomar medidas que visem garantir a proteção e promover os direitos desses sujeitos. Após a elaboração e efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foram criadas inúmeras medidas de proteção à infância e a juventude, dentre elas temos os serviços de acolhimento institucional (abrigos) para os casos em que a criança encontra-se em situação de vulnerabilidade social este recurso só deve ser utilizado quando as possibilidades de permanência na família de origem forem esgotadas (FURLAN; SOUZA, 2013).

Para Ribeiro (2012), cabe essencialmente aos pais o dever de guardar, educar e proteger seus filhos menores; no entanto, as medidas de proteção estabelecidas pelo ECA que garantem os direitos de crianças e adolescentes serão aplicadas sempre que esses forem ameaçados ou violados, tanto por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, como por



negligência e/ou violência por partes dos pais ou responsáveis, ou ainda, em virtude da sua própria conduta.

O acolhimento institucional (abrigo) é uma medida de proteção social especial e de alta complexidade, que só deve ser empregada em caráter excepcional e provisório; de acordo com o documento Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009) acolhimento institucional é definido como:

“Serviço que oferece acolhimento, cuidado e espaço de desenvolvimento para grupos de crianças e adolescentes em situação de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. Oferece atendimento especializado e condições institucionais para o acolhimento em padrões de dignidade, funcionando como moradia provisória até que seja viabilizado o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta” (ADRIÃO, p. 29, 2013).

Com a finalidade de promover e garantir o direito à convivência familiar e comunitária, em agosto de 2009, foi sancionada a Lei Nacional de Adoção, portanto é de responsabilidade de todos os profissionais envolvidos o esforço para que os vínculos familiares e comunitários das crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional ocorra da melhor forma, pois este processo tem grande importância na construção de suas identidade enquanto sujeitos e cidadãos de direito. A adoção deve servir a fim de proporcionar um desenvolvimento saudável, com a construção de vínculos afetivos que possam garantir o bem estar das crianças e adolescentes (OLIVEIRA; PEREIRA, 2011).

As representações sociais podem ser entendidas como um saber do senso comum sobre um determinado objeto social, o objetivo de uma representação social é tornar algo não familiar em algo familiar. As representações podem se modificar e também contribuir para o surgimento de novas representações (BELFORT et al., 2015). Portanto, considerando a importância da família na vida de toda e qualquer criança, o objetivo do presente estudo sobre as representações de família na perspectiva de crianças em situação de acolhimento institucional permite conhecer os sentidos que as mesmas atribuem às famílias, mesmo estando afastadas do convívio familiar temporariamente.



METODOLOGIA

Tipo de Estudo

Trata-se de um estudo não experimental, de campo, exploratório, descritivo e de cunho qualitativo.

Amostra

Participaram desse estudo 05 crianças com idades entre 07 e 10 anos, que estão em situação de acolhimento institucional em condições de participar da pesquisa, ou seja, que não apresentaram nenhum impedimento físico e/ou psicológico; que estão em situação de abrigo há mais de seis meses. Participaram as crianças com o consentimento da instituição responsável e que concordaram e assinaram o termo de assentimento que lhes foi entregue, com a ressalva de que sua participação era voluntária e que poderiam desistir à qualquer momento.

Aspectos Éticos

A pesquisa foi realizada com base nos princípios éticos estabelecidos pela Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) (MS 1996) e submetida ao Comitê de Ética da Universidade Federal da Paraíba. Portanto, foram respeitados a autonomia, o sigilo e a voluntariedade do sujeito para participar ou não da mesma, assegurado pelos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido e Termo de Assentimento Livre e Esclarecido.

Instrumentos

- 1) Um *Questionário sócio demográfico* a fim de identificar o sexo, a idade, o tempo e motivo do acolhimento, como também a presença de irmãos biológicos na instituição;
- 2) Uma *Entrevista semi-estruturada* com a temática Família.

Procedimentos

Após aprovação do Comitê de Ética, entramos em contato com os responsáveis pela administração das referidas instituições de acolhimento no intuito de explicar os objetivos e processos da pesquisa. Cumprindo com as orientações éticas, foi esclarecido e solicitado ao responsável a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido autorizando a



participação da criança na pesquisa e a contribuição do mesmo em responder um questionário contendo algumas perguntas sobre a situação sociodemográfica da criança. O ambiente escolhido foi a própria instituição, garantindo assim maior comodidade para os participantes. Tivemos o cuidado de avisar antecipadamente a instituição e a criança o dia e o horário da realização da avaliação. Após a autorização do responsável pela instituição solicitamos a criança a assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, onde ela confirmava a sua participação voluntária na pesquisa, podendo desistir à qualquer momento.

Cada criança teve direito a três encontros. No primeiro dia, após o esclarecimento de todos os detalhes pesquisa e as possíveis dúvidas que a criança tivesse, a brincadeira era livre, a criança poderia escolher entre brincar, ler alguma história ou simplesmente conversar, esse primeiro encontro era direcionado à construção do vínculo e o estabelecimento do rapport. No segundo encontro era realizada a entrevista com o tema a família. E no último encontro era realizado um fechamento, a fim de reparar algumas questões que pudessem vir a tona durante os encontros, visto que o tema tratado pode ser doloroso para essa população. Em casos que fosse observada a necessidade de uma sessão extra, essa era agendada com o consentimento da instituição bem como da criança participante.

Análise dos dados

Os dados sócio-demográficos foram avaliados através de estatística descritiva com percentual simples e as entrevistas foram analisadas através da análise de conteúdo proposta por Bardin (1977).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Representação Social da família encontrada ancora-se em concepções do senso comum, representadas por afetos positivos como amor, felicidade, carinho, e de parentesco, mais relacionados à família nuclear tradicional como pai, mãe e irmãos. A seguir apresentaremos a análise de conteúdo das entrevistas com o tema Família, contendo trechos das falas das crianças. Os nomes apresentados após as falas são fictícios no intuito de garantir o sigilo das identidades das crianças.

Durante a análise dos dados em relação ao significado de família para as crianças participantes deste estudo, encontramos elementos



ancorados em modelos desde a família tradicional, nuclear extensa até a família matrifocal, demonstrando a diversidade e o dinamismo das configurações familiares, corroborando com os achados do Ribeiro e Cruz (2013). Entretanto o modelo nuclear tradicional prevaleceu nas representações, o que corrobora com Papalia e Feldman (2013) quando afirmam que historicamente o modelo de família nuclear é dominante nas sociedades ocidentais.

“Um pai, uma mãe, uns irmão... é bom... A pessoa brinca do que a pessoa quiser... a pessoa lancha na hora que quiser... a pessoa faz tudo.” Ivo, 10 anos.

A análise dos resultados mostrou que as relações de parentesco e afetividade ancoram o significado de família para as crianças. De acordo com as entrevistas realizadas, podemos avaliar que o conceito de família apresentado pelas crianças vai de encontro à definição de Gomes e Pereira (2005) que concebe a mesma como um sistema que é composto por pessoas ligadas por parentesco e/ou pertencentes a um determinado contexto, algumas crianças mencionam os cuidadores e as outras crianças com quem convivem no abrigo enquanto sua família, demonstrando que a concepção de família vai além dos laços consanguíneos.

“É todo mundo aqui [...] Tudo é irmão. A gente é irmão de coração.” Fred, 7 anos.

Lauz e Borges (2013) apontam que as relações de afeto e cuidado estabelecidas entre as crianças que convivem nas instituições de acolhimento desempenham grande importância no desenvolvimento social, afetivo e cognitivo, proporcionando meios de proteção que contribuem para o processo de resiliência.

Os afetos positivos direcionados à família aparecem associados às figuras parentais, principalmente à figura da mãe, pois a mesma possui uma carga social e biológica de ser responsável pelo cuidado e proteção de seus filhos, além da ideia do amor materno, construído historicamente pela sociedade ocidental. Pereira (2006) aponta para a divisão de gênero que prediz os papéis que homens e mulheres devem assumir perante a família, onde a relação materna está mais ligada à afetividade e intimidade reforçando o amor materno, enquanto os homens são direcionados à individualidade.

“Família... felicidade. [...] É... não sei não, eu só sei que eu gosto. [...] Minha mãe [...] Felicidade, amor, carinho.” Bia, 9 anos.



Observamos na análise à idealização do conceito de família apresentado pelas crianças, semelhante a resultados de outros estudos (PEREIRA, 2006; LAUZ; BORGES, 2013), em que os autores verificaram as crianças que vivem em situação de acolhimento institucional tendem a idealizar suas famílias de origem, a idealização pode estar ligada à oposição do que foi vivenciada pela criança, dessa maneira ela expressa a forma que gostaria que a família fosse e quais seriam as funções da família.

“[...] Bom, dá carinho, beijo, a gente passeia, brinca, fica feliz, anda de patinete.” **Caio, 7 anos.**

Encontramos em nosso estudo que a família também é representada tendo como referência um lugar de moradia, enquanto um local que possui condições materiais de garantir a sobrevivência de seus membros. Esse tipo de representação foi encontrado também pelo estudo de Pereira (2006) desenvolvido com crianças em situação de acolhimento institucional, onde os participantes ressaltam a importância de um lugar de moradia e dos bens materiais presentes na casa, além de trazer à tona o fato que miserabilidade das famílias brasileiras ainda é motivo para determinar o acolhimento institucional.

“Família é umas pessoas boas... cuida. Cuida da pessoa, e dar comida... compra coisa... isso tudo. Só isso! Só isso!” **Theo, 10 anos.**

No que se refere ao modelo de família, constatamos que as representações de família apresentadas pelas crianças demonstram o conceito do senso comum, representado por afetos positivos e de parentesco que estão ancorados no modelo nuclear tradicional. Além disso, constatamos a forte presença de outros membros da família como “avós” “tios” e “primos”, revelando que o modelo de família extensa se faz muito presente na sociedade brasileira, corroborando com os achados de Ribeiro e Cruz (2013) no estudo com crianças na cidade do Recife – PE.

De um modo geral nesta categoria estão presentes as entrevistas que relacionam a família aquela que cuida, mesmo que não seja a família biológica; conteúdos bons sobre a família e em alguns casos a aceitação do abrigo; relacionando as pessoas do abrigo como sua própria família. Mas surgem também relatos sobre os maus-tratos intrafamiliar como motivo do acolhimento. Contudo, apesar destes relatos e dos motivos do abrigamento estarem respaldados em questões de negligência e maus-tratos, ainda há um desejo de sair do abrigo e



retornar para sua família de origem ou fazer parte de nova família com a adoção.

CONCLUSÕES

A partir das análises realizadas nesse estudo, concluímos que crianças representaram a família de forma positiva, idealizada e afetiva ancorada nas concepções presentes na literatura e no senso comum, embora não seja a realidade social em que elas se encontram.

Assinalamos que essa pesquisa possibilitou reflexões sobre o tema, no que diz respeito às concepções de família e a importância da convivência no seio familiar para o desenvolvimento das crianças, pois é direito primordial das crianças e adolescentes conviver em família.

Acreditamos que os dados encontrados na presente pesquisa podem contribuir para o trabalho dos profissionais que estão atuando nas instituições de acolhimento, no sentido de proporcionar reflexões sobre o que tem sido feito em prol do bem estar das crianças, sobre a garantia de seus direitos e a qualidade dos serviços oferecidos para essa população. Ressaltamos ainda a importância de dar voz às crianças para que as mesmas pudessem descrever suas experiências e nos dando a oportunidade de conhecer suas realidades e dessa forma nos ajudar a compreender as suas reais necessidades.

Ademais, as limitações do presente estudo encontra-se no fato dos resultados encontrados não poderem ser generalizados para população. No entanto, espera-se que os resultados encontrados possam contribuir para futuras reflexões e intervenções práticas frente essa população, bem como a melhoria e cumprimento das políticas públicas direcionadas à esse público.

REFERÊNCIAS



ADRIÃO, M. C. S. **Os serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes: os desafios e o trabalho com a rede proteção social.** 2013.

BELFORT, P. B. et al. Representações sociais de família no contexto do acolhimento institucional. **Psicologia: teoria e prática**, v. 17, n. 3, p. 42-51, 2015.

BIROLI, F. **Família: novos conceitos.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

BRASIL. Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. CONANDA, 2009. Disponível em: <http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/33/Documentos/Orienta%C3%A7%C3%B5es_T%C3%A9cnicas_Servi%C3%A7os_de_Acolhimento_para_Crian%C3%A7a_e_.pdf>. Acesso em: 13 de Junho de 2016.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** 7.ed. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/785/estatuto_crianca_adolescente_7ed.pdf>. Acesso em: 10 de Junho de 2016.

DA SILVA CHANTRE, S. L. **Representação social de família A percepção das crianças institucionalizadas vs a percepção das crianças não institucionalizadas.** Monografia, Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, 2014.

FURLAN, V.; SOUZA, T. R. D. P. Exclusão/Inclusão Social: Políticas Públicas de acolhimento institucional dirigidas à Infância e Juventude. **Diálogo**, v. 23, p-35, 2013.

LAUZ, G. V. M. & BORGES, J. L. Concepção de família por parte de crianças em situação de acolhimento institucional e por parte de profissionais. **Psicol. ciênc. prof.**, v. 33, n. 4, p. 852-867, 2013.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano.** Artmed Editora, 2013.

PEREIRA, E. V. A voz da criança institucionalizada: representações sociais de família e abrigo. 2006.

RIBEIRO, F. S.; CRUZ, F. M. L. Representações sociais de família por crianças na cidade de Recife. **Revista Psicologia & Sociedade**, v. 25 nº3, 2013.

RIBEIRO, Vanessa Costa. **A relação com o saber de crianças em acolhimento institucional,** 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SILVA, F. L. **Como ocorre a reintegração familiar? Investigando esse processo em uma amostra de crianças acolhidas.** 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.